



I ENCONTRO IBÉRICO
DE **ARQUIVOS MUNICIPAIS**

I ENCUESTRO IBÉRICO
DE **ARCHIVOS MUNICIPALES**

Os Arquivos Municipais e o Índice de Transparência Municipal: relações entre transparência e gestão da informação arquivística

Sandra Patrício

Arquivo Municipal de Sines; Centro de
Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa;
História, Território e Comunidades, NOVA
FCSH, Portugal

Sumário



1. Introdução
2. Método
3. Resultados e discussão
 - 3.1. Arquivos Municipais e abertura ao público;
 - 3.2. Arquivos Municipais presentes em linha;
 - 3.3. Plataformas de descrição arquivística em linha;
 - 3.4. Serviços digitais em linha.
4. Conclusões
5. Referências

1. Introdução



Pontos de partida:

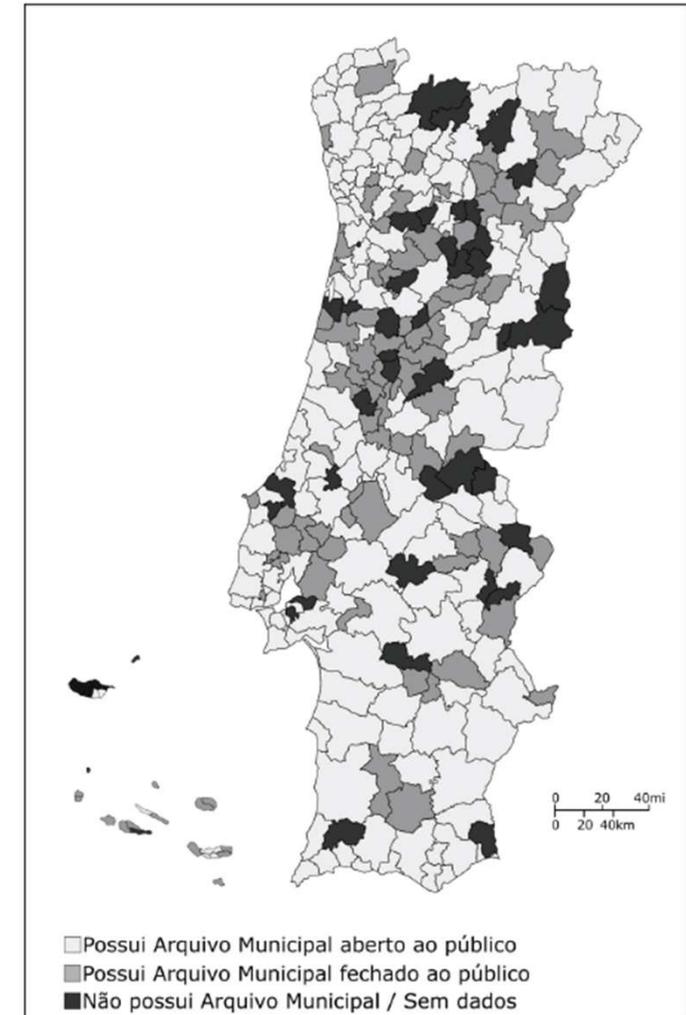
- Existe um Índice de Transparência Municipal, apesar de datar de 2017, que permite ao cidadão aferir da transparência do seu município. A partir do ITM conclui-se que a região mais bem posicionada é a do Centro Oeste.

1. Introdução

Pontos de partida:

- 82% dos 308 municípios portugueses reconhece a existência de um arquivo municipal;

Silva, et alli 2023: 165



Mapa 1 – Distribuição, a nível nacional, dos arquivos municipais, abertos e fechados ao público, bem como dos municípios sem arquivo municipal.
Elaborado por: André Melícias.

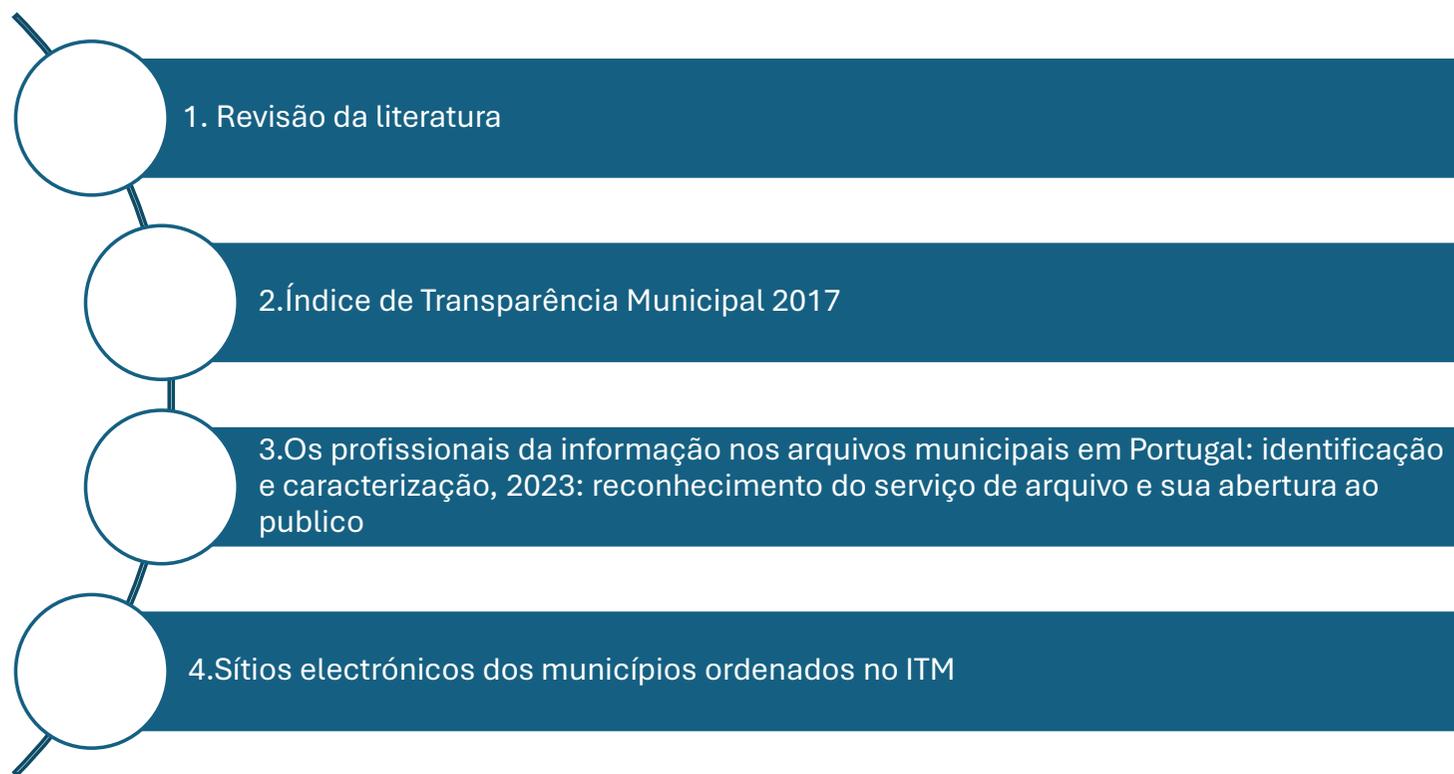
1. Introdução

Qual é a relação entre a ordenação dos municípios no ITM e os arquivos municipais?



2. Método

**Estudo
exploratório
através de
investigação
documental**





2. Método

3.1. Presença dos arquivos municipais nos sítios electrónicos municipais

3.2. Existência de plataformas de descrição arquivística em linha

3.3. Disponibilização de serviços em linha pelo município

3. Resultados e discussão

NUT's mais bem representadas no ITM 2017

Centro Oeste:100%)

Aveiro: 64,4%

Tâmega e Sousa : 64%

Coimbra: 58%

Lezíria do Tejo: 55%

Área Metropolitana do Porto: 53%

Ave: 50%

Algarve: 50%

Leiria: 50%

Alto Tâmega: 50%

3. Resultados e discussão

NUT's mais bem representadas no ITM 2017

Médio Tejo: 39%
Alto Minho: 30%
Alto Alentejo: 27%
Douro: 26%
Terras de Trás-os-Montes: 22%
Região Autónoma dos Açores: 21%
Alentejo Litoral: 20%
Beiras e Serra da Estrela: 20%
Cávado: 17%
Beira Baixa: 17%
Alentejo Central: 14,3%
Viseu Dão-Lafões: 14%
Região Autónoma da Madeira: 9,1%
Baixo Alentejo: 8%
Área Metropolitana de Lisboa: 5,6%

3. Resultados e discussão

	Região	Percentagem de municípios IMT	N.ºs absolutos	Reconhecimento do serviço de arquivo (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos abertos ao público (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos presentes em linha (percentagem)	N.ºs absolutos	Plataformas de descrição arquivística em linha	N.ºs absolutos	Serviços digitais em linha	N.ºs absolutos
1	Centro Oeste	100	12	83,3	9	50	6	42	5	8,3	1	67	8
2	Aveiro	64,4	7	81,8	8	45,5	5	54,6	6	18,2	2	100	11
3	Tâmega e Sousa	64	7	81,8	9	64	7	82	5	82	2	82	9
4	Coimbra	58	11	79	15	23	5	37	7	16	3	74	14
5	Lezíria do Tejo	55	6	100	11	27,3	3	18,2	2	0	0	63,6	7
	Área Metropolitana do Porto	53	9	91,1	16	88	15	76,5	13	47	8	82	14
7	Ave	50	4	100	8	100	8	75	6	50	3	63	5
8	Algarve	50	8	71,4	14	63	10	75	12	38	6	69	11
9	Leiria	50	5	90	9	60	6	50	5	30	3	30	3
10	Alto Tâmega	50	3	50	3	33,3	2	33,3	2	0	0	66,6	4

3. Resultados e discussão

Região	Percentagem de municípios IMT	N.ºs absolutos	Reconhecimento do serviço de arquivo (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos abertos ao público (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos presentes em linha (percentagem)	N.ºs absolutos	Plataformas de descrição arquivística em linha	N.ºs absolutos	Serviços digitais em linha	N.ºs absolutos
11 Médio Tejo	39	5	100	13	87	11	92,3	12	7,6	1	69	9
12 Alto Minho	30	3	100	10	100	10	90	9	60	6	40	4
13 Alto Alentejo	27	4	66,6	10	33,6	5	40	5	0	0	27	4
14 Douro	26	5	84,2	16	47	9	36,8	7	5	1	52,6	10
15 Terras de Trás-Os-Montes	22	2	88,8	8	66,7	6	66,7	6	0	0	44,4	4
16 Região Autónoma dos Açores	21	4	89,5	17	26,3	5	32	6	5	1	68,4	13
17 Alentejo Litoral	20	1	100	5	100	5	100	5	20	1	20	1
18 Beiras e Serra da Estrela	20	3	86,7	13	66,7	10	86,7	13	13,3	2	33,3	5
19 Cávado	17	1	100	6	83,3	5	83,3	5	50	3	50	3
20 Beira Baixa	17	1	100	6	60,7	4	66,7	4	17	1	100	6
21 Alentejo Central	14,3	2	71,4	9	50	7	36	5	29	4	50	7
22 Viseu Dão-Lafões	14	2	64,3	9	36	5	50	7	0	0	86	12
23 Região Autónoma da Madeira	9,1	1	18,2	2	18,2	2	9,1	1	9,1	1	18,2	2
24 Baixo Alentejo	8	1	100	13	61,5	8	100	13	23	3	62	8
25 Área Metropolitana de Lisboa	5,6	1	94,4	17	83,3	15	88,8	16	67	12	77,7	14
Total	35,1	152	83,2	466	56,5	322	55,6	337	20,8	121	61	339



3.1. Arquivos Municipais e abertura ao público

- Foram incluídos os arquivos municipais das regiões autónomas, pois a documentação intermédia e corrente encontra-se ainda com o produtor e o seu acesso é determinante para garantir a transparência das administrações locais;
 - As regiões com maior presença nos índices, **acima dos 50%, são também aquelas em que mais de 50% dos municípios reconhece a existência do serviço de arquivo**, embora nem sempre se verifique a abertura dos serviços ao público;
 - A partir da consulta dos sítios dos arquivos municipais chegou-se a uma proporção de 56,5% de serviços abertos ao público, um número inferior em cerca de 2% ao do estudo de 2023 (Silva et alli: 272-273).
-

3.1. Arquivos Municipais e abertura ao público



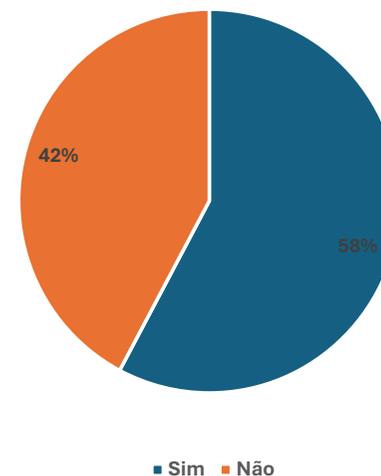
«uma vez que a actividade dos profissionais de informação está directamente relacionada com as condições da sua existência, do cumprimento da sua missão, impossível de concretizar quando encerrados ao público»

Silva et alli, 2023b: 169-176

3.2. Arquivos Municipais presentes em linha

- As regiões mais bem representadas no ITM, aquelas em que mais de 50 % dos municípios estão representados, oscilam entre os 76,5% dos municípios da Área Metropolitana do Porto e os 18,2% da Lezíria do Tejo.
- As regiões cujos municípios têm todos os arquivos identificados em linha não são necessariamente as mais bem representadas no IMT, o que pode explicar-se pelo facto de o mesmo ter dados de 2017 que não estão actualizados: Alentejo Litoral (20% ITM; 100% dos arquivos municipais referidos online); Alentejo Central; Baixo Alentejo (8% ITM; 100% dos arquivos municipais referidos online).

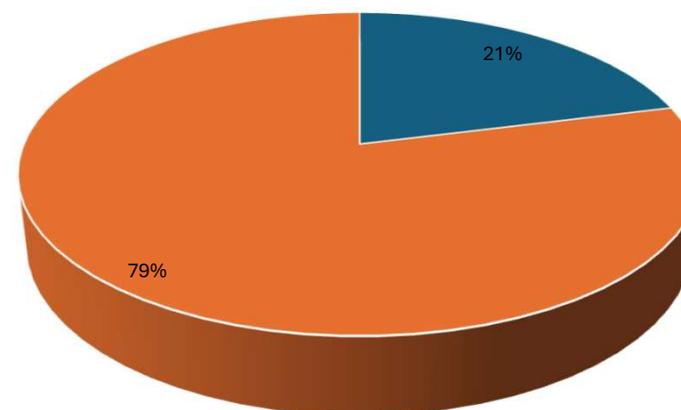
Arquivos mencionados no sítio municipal ou em sítio próprio



3.3. Plataformas de descrição arquivística em linha

- Dado o pequeno número de municípios e de arquivos municipais com este serviço, não é possível estabelecer qualquer correlação.
- A Região Centro Oeste, a mais bem representada no ITM, tem apenas 8,3% dos arquivos municipais com plataformas em linha; a região de Tâmega e Sousa, em que 64% dos municípios está representada no ITM, apresenta a percentagem mais elevada de arquivos com plataformas disponíveis online, 82%.

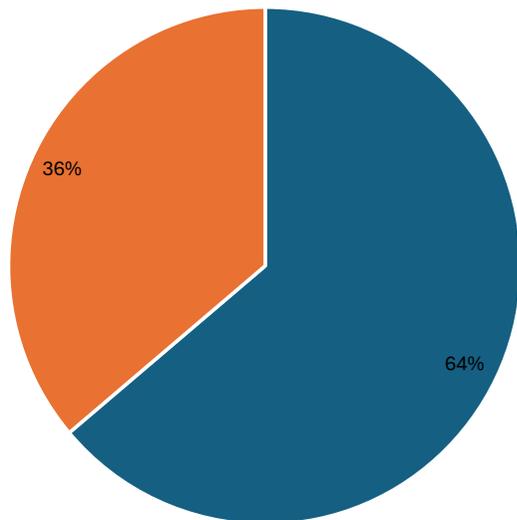
Plataformas de descrição arquivística em linha em 2024 (308 municípios)



■ Sim ■ Não

3.3. Plataformas de descrição arquivística em linha

Arquivos Municipais na Rede Portuguesa de Arquivos, 2024



■ Total ■ AM

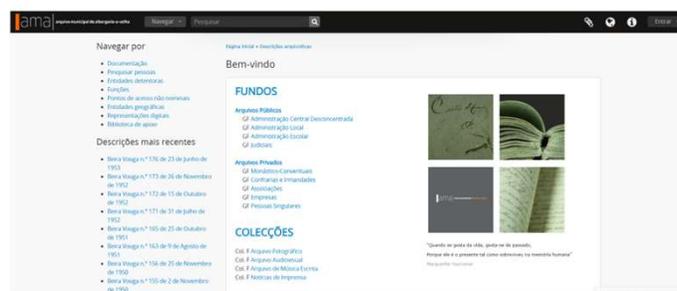
- As regiões com 50% ou mais de arquivos municipais que disponibilizam plataformas de descrição arquivística são, por ordem decrescente, Tâmega e Sousa (82%); Área Metropolitana de Lisboa (67%); Alto Minho (60%), Ave (50%) e Cávado (50%).

3.3. Plataformas de descrição arquivística em linha

<https://gisaweb.cm-porto.pt/>



<https://arquivo.cm-portimao.pt/>



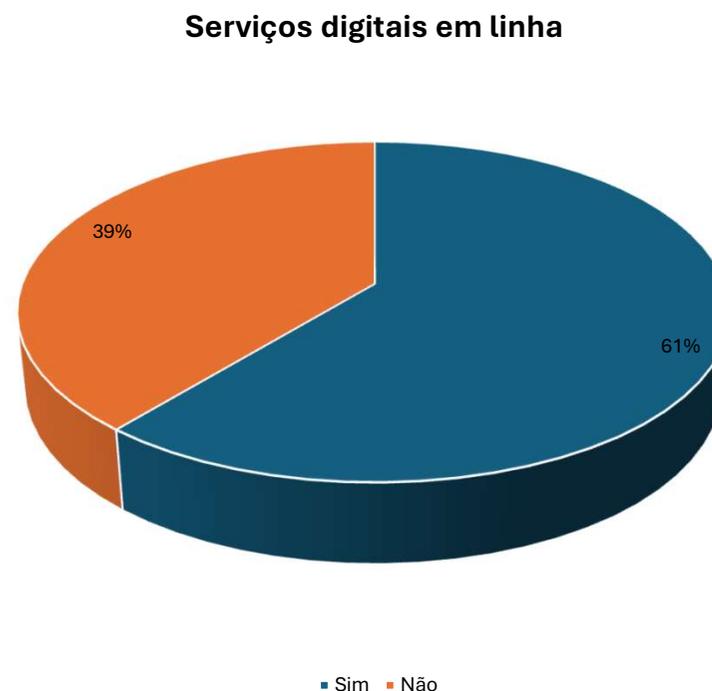
<https://arquivo.cm-albergaria.pt/>



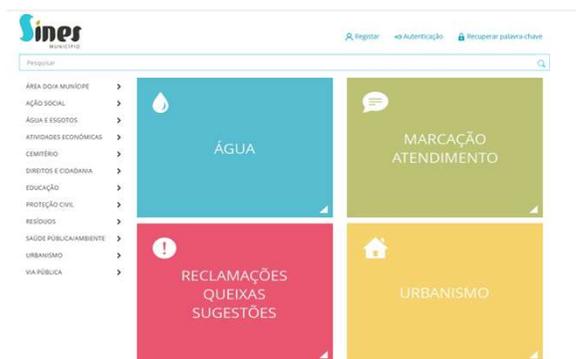
<http://arquivo.cm-grandola.pt/>

3.4. Serviços digitais em linha

- Os serviços digitais permitem dar acesso aos documentos administrativos;
- Os municípios possibilitam o acesso por utilizadores autenticados a um determinado número de documentos, assim como a possibilidade de desencadear vários procedimentos administrativos de forma remota.



3.4. Serviços digitais em linha



<https://servicosonline.sines.pt/>



<https://servicosonline.cm-madalena.pt/>



<https://braga.balcaoeletronico.pt/info>



<https://www.cm-evora.pt/balcaoonline/odfrontend/publico/home>

3.4. Serviços digitais em linha

- Vários dos municípios identificam serviços digitais que não são mais do que o acesso a documentos digitalizados, mas que não permitem nenhuma acção do cidadão além da transferência dos mesmos, pelo que não foram aqui considerados;
- No entanto, dado que o ITM dada de 2017, não tem em conta os serviços digitais entretanto disponibilizados, especialmente após a epidemia de COVID19;
- As plataformas de descrição arquivística não são consideradas como serviços digitais pelos municípios que disponibilizam ambos os serviços.





Conclusões

- Os dados do ITM datam de 2017, o que não permite ter uma visão actualizada da aferição da transparência dos municípios, e não incluem parâmetros relativos aos arquivos;
 - Apesar disso, este estudo apresenta vários pontos inovadores no âmbito do estudo dos arquivos municipais em relação com a transparência e com a disponibilização de serviços em linha;
 - As regiões mais bem representadas no ITM são também aquelas onde os serviços de arquivo são reconhecidos.
 - Mas a relação entre o ITM e os indicadores da abertura dos arquivos ao público, presença dos arquivos online e disponibilização em linha de uma base de dados não pôde ser estabelecida com segurança.
-



Conclusões

- A transparência administrativa e a eficiência e eficácia na recuperação da informação são imprescindíveis para a tomada de decisão e para a prova de actos e factos;
 - O acesso à informação é um direito constitucional e faz parte da missão dos arquivos municipais;
 - Por esta razão, impõe-se a realização de mais estudos, a nível regional e nacional, para aferir a relação existente entre arquivos municipais, democracia e transparência nas autarquias locais.
-

Referências

- ALVIM, Luísa; PATRÍCIO, Sandra (2024) - Participação Cidadã: estudo exploratório nos arquivos municipais portugueses. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas* [Em linha]. 3ª série. Nº 21. Disponível em < <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13854>>.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2021). Constituição da República Portuguesa. Edição Especial – 2021. [Em linha]. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições. [Consultado em 20 de Agosto de 2024]. Disponível em <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/crp-2021-net.pdf>>.
- COUTURE, Carol (1998) - La politique de gestion des archives. In COUTURE, Carol, direcção- *Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine*. Sainte-Foy (Quebeque, Canadá): Presses de L' Université du Québec. 3-30 p. ISBN 2-7605-0941-9,
- DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. Rede Portuguesa de Arquivos. [Em linha]. Lisboa: DGLAB. [Consultado em 20 de Maio de 2024]. Disponível em < <http://arquivos.pt/>>.
- EUROPEAN UNION (S.D.). Digitisation, in *EU Vocabularies*. [Em linha]. S.l.: Publication Office of The EU. [Consultado em 20 de Setembro de 2024]. Disponível em https://op.europa.eu/en/web/eu-vocabularies/search-results?p_p_id=eu_europa_publications_portlet_pagination_PaginationPortlet_INSTANCE_z2SRj6ggdO6T&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&queryText=digitalisation&facet.collection=EUVoc&sortBy=RELEVANCE-DESC&SEARCH_TYPE=SIMPLE&QUERY_ID=358062286&&resultsPerPage=10&startRow=1&QUERY_ID=358062286>.

Referências

- FREITAS, Maria Cristina Vieira de (2024). Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança. Prefácio de Carlos Guardado da Silva. Lisboa: Edições Colibri. 196 p. ISBN 978-989-566-320-0.
- LOURENÇO, Madalena Reinas de Sá (2022) -How does information technology influence the behavior intention to use nutrition e-Health services? [Em linha]. Lisboa: Universidade Católica. 73 p. Dissertação de mestrado. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.14/38885>>.
- NOGUEIRA, Marta (2011) -Terminologia arquivística: reflexões sobre o conceito de difusão. Actas do II Encontro de Arquivos do Algarve: Sistema de Gestão Integrada da informação. [em linha] [Consultado em 10 de Setembro de 2020]. Disponível em <http://cms.cm-viladobispo.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Servicos/Arquivo%20Municipal/AtasdoIIEncontrodeArquivosdoAlgarve.pdf>.
- RODRIGUES CONTRERAS, Ricardo (s.d.). COVID-19 and digitalisation. [Em linha]. Dublin: Eurofound.[Consultado em 10 de Junho de 2024]. Disponível em < <https://www.eurofound.europa.eu/en/covid-19-and-digitalisation> >.
- SANCHES, Tatiana; BAPTISTA MELO, Luiza (2023) – Serviços à distância nas bibliotecas do ensino superior: lições aprendidas no contexto pandémico. [Em linha]. Actas do 14.º Congresso da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação: Comunidades e Profissionais para o Futuro: Agir Hoje. [Consultado em 30 de Maio de 2024]. Disponível em < <https://doi.org/10.48798/congressobad.2841> >.

Referências

- SILVA, Ana. M. Dias da; VAQUINHAS, Néelson; VIVES, Diogo; BORGES, Leonor C. (2023a) - O Acesso à informação dos arquivos municipais portugueses em tempos de pandemia COVID-19. In Arquivos, democracia e justiça social. Org. Mariana Lousada, Marcia Pazin, Paulo Elian. [Em linha]. São Paulo: ARQ-SP. Pp. 242-252.[Consult. 28 Abril. 2024]. Disponível em <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf>.
- SILVA, Ana. M. Dias da (2023). Análise comparativa do acesso à informação dos arquivos municipais portugueses na internet e nas redes sociais entre 2013 e 2023. Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas. [Em linha]. S.3, nº 20, 87-100. [Consult. 28 Abril. 2024]. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13654/12298>.
- SILVA, Carlos Guardado da; GONÇALVES, Joaquim P.; CORUJO, Luís; REVEZ, Jorge (2023b) - Os profissionais da informação nos arquivos municipais em Portugal: identificação e caracterização. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade e Lisboa; Edições Colibri. [Consultado em 23 de Setembro de 2023]. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/57698/3/OsProfissionais_FINAL_R.pdf>.
- TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE (2024). Índice de Transparência Municipal 2017. Resultados de 2017. [Em linha]. Lisboa: Transparência e Integridade [Consultado em 6 de Agosto de 2024]. Disponível em <<https://transparencia.pt/itm/>>.
- TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE (2024). Índice de Transparência Municipal 2017. Metodologia, indicadores e dimensões. [Em linha]. Lisboa: Transparência e Integridade [Consultado em 6 de Agosto de 2024]. Disponível em <https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/11/ITM_Apresentacao_e_Indicadores_2017.pdf>.



Obrigada pela atenção

sandrapatricio2@gmail.com

